



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
05 e 06/05/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Projeto destina valores do Sistema S para compra de vacinas contra Covid-19 – PODER E SAÚDE - Distrito Federal – 05/05/2021
3. Campanha Mesa Brasil já arrecadou 900 mil quilos em um ano – JORNAL DE BELTRÃO – Paraná – 05/05/2021
4. PL que limitará atuação do Sistema S é visto pela FBHA como ‘medida absurda’ – MERCADO & EVENTOS – São Paulo – 05/05/2021
5. Hotelaria do RN já demitiu mais de 5 mil trabalhadores na pandemia, diz ABIH – BLOG DO FLÁVIO MARINHO – Rio Grande do Norte – 05/05/2021
6. Bolsonaro avalia decreto contra restrições – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 06/05/2021
7. Indústria acumula perda de 3,4% em dois meses – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 06/05/2021
8. Copom eleva Selic para 3,5% ao ano – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 06/05/2021
9. Guararapes informa que lançará contas digitais – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 06/05/2021
10. Intervenção de Lira abre caminho para reforma tributária fatiada de Guedes – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 06/05/2021
11. Copom eleva juros em 0,75 ponto, para 3,5%, e sinaliza nova alta em junho – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 06/05/2021

12. Bolsonaro veta prorrogação, e IR terá de ser declarado até o dia 31 – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 06/05/2021
13. Indústria recua 2,4% em março e zera ganhos na pandemia – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 06/05/2021
14. Lucro da Pfizer com vacina pode beirar R\$ 5 bi – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 06/05/2021
15. Vacina e economia abalam Bolsonaro nas redes sociais – ESTADÃO – São Paulo – 06/05/2021
16. BC eleva taxa básica de juros pela 2ª vez em 2021 e Selic vai a 3,5% ao ano – ESTADÃO – São Paulo – 06/05/2021
17. Bancos privados lucram mais do que em 2019 e 2020 – ESTADÃO – São Paulo – 06/05/2021
18. Varejistas europeus ameaçam boicote a produtos do Brasil por risco à Amazônia – ESTADÃO – São Paulo – 06/05/2021
19. GRÁFICOS

RELATÓRIO

O Banco Central elevou nesta quarta-feira, 5, a Selic (a taxa básica de juros), de 2,75% para 3,50% ao ano. A medida tem como objetivo conter a escalada mais recente da inflação no Brasil. Esse foi o segundo aumento consecutivo de 0,75 ponto porcentual, em um movimento iniciado em março deste ano. Ao anunciar a decisão, o BC também sinalizou a intenção de promover novo aumento no próximo mês, para 4,25% ao ano.

Como não poderia ser diferente, o assunto estampou manchetes dos jornais Brasil afora, assim como as novas bravatas do presidente da República. Jair Bolsonaro disse ontem que avalia editar um decreto para garantir a 'liberdade de culto, de poder trabalhar e o direito de ir e vir'. E, segundo ele, essa medida não poderá ser contestada por nenhum tribunal. "Não podemos continuar com essa política de feche tudo, fique em casa", afirmou.

A TRIBUNA DO NORTE ainda destaca, em suas páginas de economia, que o grupo Guararapes lançou a Conta Digital Midway Financeira. De acordo com o apurado pelo jornal, o movimento está em linha com o processo de transformação do modelo de negócios da companhia na direção de se tornar uma grande plataforma digital centrada no cliente.

Além de informar o lucro dos três maiores bancos privados do País (Santander, Itaú e Bradesco lucraram R\$ 16,9 bilhões só no primeiro trimestre deste ano), em 2019 e 2020, o ESTADÃO destaca também a ameaça de boicote de varejistas europeus à produtos brasileiros "por risco à Amazônia". O movimento foi visto como precipitado por empresários brasileiros e tem a ver com um projeto de lei de regularização fundiária, que segundo os 'protestantes', resultaria em maior desmatamento.

A FOLHA destaca o recuo da Indústria em 2,4% no mês de março, com ganhos zero na pandemia, e a intervenção do deputado Artur Lira na Câmara, que, segundo o jornal, abriu caminho para a reforma tributária fatiada do ministro Paulo Guedes.

**Projeto destina valores do Sistema S para compra de vacinas contra Covid-19 – PODER E
SAÚDE - Distrito Federal – 05/05/2021**

Link	http://www.poderesaude.com.br/novosite/index.php/agenda-das-comissoes/11484-projeto-destina-valores-do-sistema-s-para-compra-de-vacinas-contra-covid-19
------	---

Projeto destina valores do Sistema S para compra de vacinas contra Covid-19

Projeto destina valores do Sistema S para compra de vacinas contra Covid-19.

Pelo projeto, confederações poderão importar vacinas e contratar serviços necessários à imunização

O Projeto de Lei 1199/21 permite que 10% das contribuições sociais ao Sistema S repassadas ao Serviço Social do Comércio (Sesc) sejam usadas na aquisição de insumos e vacinas contra a Covid-19 para a imunização de empresários e trabalhadores do setor de comércio e serviços. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

Pela proposta, a gestão dos valores e a operacionalização da vacinação serão realizadas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), que assinarão um protocolo de cooperação para viabilizar a medida.

As duas confederações poderão importar vacinas autorizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e contratar serviços necessários à imunização.

Autor do PL 1199/21, o deputado [Luiz Carlos Motta \(PL-SP\)](#) afirma que a proposta é uma alternativa eficiente de ampliação da cobertura vacinal no País sem custos adicionais para os cofres públicos. Além disso, permite a retomada mais rápida da atividade econômica, afetada pelas medidas de distanciamento social.

“O sucesso do controle da doença depende da cobertura vacinal. Temos que somar esforços às ações do governo para dar celeridade ao processo de vacinação contra Covid e garantir que mais brasileiros sejam imunizados”, disse Motta.

– 05/05/2021

Link	https://www.jornalbeltrao.com.br/noticia/309760/campanha-mesa-brasil-ja-arrecadou-900-mil-quilos-em-um-ano
------	---

Campanha Mesa Brasil já arrecadou 900 mil quilos em um ano

A campanha estadual do Programa Mesa Brasil, criada pelo Sesc (Serviço Social do Comércio), já arrecadou 900 mil quilos de produtos desde abril de 2020. O programa tem como objetivo o enfrentamento à situação de calamidade pública causada pela Covid-19, visando reduzir os impactos da pandemia na vida do paranaense.

O presidente do Sesc, Darci Piana, e o diretor regional, Emerson Sextos, enviaram uma carta de agradecimento às empresas parceiras, no apoio pela promoção e divulgação do Programa Mesa Brasil durante o ano de 2020 e 2021.

O Mesa Brasil é um programa do Sesc de combate à fome e desperdício de alimentos criado em 1994. Seu objetivo é a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade. Na região, o Mesa Brasil tem sede em anexo às unidades do Sesc-Senac de Francisco Beltrão.

PL que limitará atuação do Sistema S é visto pela FBHA como ‘medida absurda’ – MERCADO & EVENTOS – São Paulo – 05/05/2021

Link	https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/hotelaria/pl-que-limitara-a-atuacao-do-sistema-s-e-visto-pela-fbha-como-medida-absurda/
------	---

PL que limitará atuação do Sistema S é visto pela FBHA como ‘medida absurda’

A Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) afirmou que o Projeto de Lei 6505/19, sugerindo que a contribuição das empresas ao Sistema S seja facultativa e com limitação de 1% na remuneração paga aos trabalhadores, é uma medida absurda e que deve ser discutida de forma cautelosa.

Com o texto, os serviços do comércio, indústria e transporte serão atingidos (Sesc, Sesi e Sest), assim como os serviços nacionais de aprendizagem do comércio, do cooperativismo, da indústria e do transporte (Senac, SESCOOP, Senai e Senat). Em âmbito rural (Senar), a medida também impactará negativamente.

“Não podemos permitir que essa proposta seja aprovada. Em 2019, o assunto havia sido levantado e nos manifestamos contrários. O Sistema S é formado por entidades de peso e presta um serviço essencial para a formação de mão de obra qualificada no país”, destaca Alexandre Sampaio, presidente da FBHA.

Segundo Sampaio, a educação formal brasileira não é igualitária. Por essa razão, as entidades – Sesc, Senac, Sesi, Senai, Senar, Sest, Senat e SESCOOP, buscam oferecer um ensino de qualidade para as pessoas que não possuem o mesmo acesso às oportunidades do mercado.

“Além disso, estamos passando por um momento muito delicado, por conta da pandemia. Essa limitação traz um risco eminente para um colapso, em âmbito educacional, no Brasil. E esperamos que o congresso reconheça a importância destas atividades para o crescimento ao país”, informa.

Hotelaria do RN já demitiu mais de 5 mil trabalhadores na pandemia, diz ABIH – BLOG DO

FLÁVIO MARINHO – Rio Grande do Norte – 05/05/2021

Link	https://blog.flaviomarinho.com.br/hotelaria-do-rn-ja-demitiu-mais-de-5-mil-trabalhadores-na-pandemia-diz-abih/
------	---

Hotelaria do RN já demitiu mais de 5 mil trabalhadores na pandemia, diz ABIH

O setor de comércio, serviços e turismo é responsável por 65% do PIB (produto interno bruto) do Rio Grande do Norte, segundo pesquisa realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN). De abril de 2020 até março de 2021, devido a pandemia de Covid-19, o setor registrou uma queda de 70% no número de passeios turísticos realizados, de acordo com dados do Sindicato das Empresas de Turismo do Estado. Em entrevista ao Repórter 98 desta terça-feira (4), o presidente Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do RN (ABIH-RN), Abdon Gosson, falou sobre o impacto da pandemia no turismo do Estado.

“O nosso aeroporto teve uma queda de 51% no número de voos, na nossa hotelaria nós tivemos uma queda de quase 50%. Nós tivemos também, dados da Fecomércio, que deixou de circular na nossa economia de abril do ano passado até fevereiro deste ano R\$ 1,5 bilhões, provenientes único e exclusivamente do turismo”, disse Gosson.

De acordo com o presidente da ABIH mais de 5 mil pessoas do ramo da hotelaria ficaram desempregadas na pandemia. Gosson disse que alguns hotéis chegaram a demitir 70% dos empregados devido ao prejuízo. Gosson defendeu que o setor de hotéis, bares e restaurantes funcionem seguindo os protocolos sanitários.

06/05/2021

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/bolsonaro-avalia-a-decreto-contra-restricao-a-esa/509549>

Bolsonaro avalia 'decreto contra restrições'

« PLANALTO » Crítico a medidas de isolamento social adotadas por governadores, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que cogita a possibilidade de editar um ato para "garantir as liberdades"

Crítico a medidas de isolamento social adotadas por governadores o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que avalia editar um decreto para garantir a "liberdade de culto, de poder trabalhar e o direito de ir e vir". De acordo com o presidente, a medida "não poderá ser contestada por nenhum tribunal". "Não podemos continuar com essa política de feche tudo, fique em casa", disse o presidente.

"Nas ruas já se começa a pedir por parte do governo que se baixe um decreto. E se eu baixar um decreto, vai ser cumprido. Não vai ser contestado por nenhum tribunal, porque será cumprido. O que constaria no corpo desse decreto? Os incisos do artigo 5º da Constituição", afirmou Bolsonaro durante evento no Palácio do Planalto sobre a Semana das Comunicações.

O artigo 5º, citado por Bolsonaro, diz que: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

"O Congresso, a qual integrei, tenho a certeza que estará ao nosso lado. O povo, a qual nós, Executivo e parlamentares, devemos lealdade absoluta, também estará ao nosso lado. Quem poderá contestar o artigo 5 da Constituição?", continuou o presidente.

O chefe do Poder Executivo também falou sobre os atos em favor dele realizados no último sábado, dia 1º, e comparou a lealdade do povo brasileiro às Forças Armadas. "Os militares, quando se tornam praça, juram dar a vida pela pátria. Os que tiveram nas ruas nesse 1º de maio, bem como outros milhões que não puderam ir às ruas, darão sua vida por liberdade."

Sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, Bolsonaro reclamou de



Jair Bolsonaro defendeu o "filho 02", o vereador Carlos Bolsonaro, e os assessores presidenciais que comandam ataques a opositores

uma requisição de informações sobre os lugares que visitou. Em muitos finais de semana, o presidente frequentou comunidades pobres em Brasília e provocou aglomerações.

"Recebo agora documentos da CPI para dizer onde eu estava nos meus últimos fins de semana. Não interessa onde eu estava. Respeito a CPI. Estive no meio do povo, tenho que dar exemplo. É fácil para mim ficar no Palácio do Alvorada, tem tudo lá. Não posso, sem ouvir o povo, tomar conhecimento do que eles sentem e do que eles querem. Vou continuar andando em comunidades em Brasília. Alguns acham que vou passear. Não, vou continuar a fazer tudo que aqueles que me criticam deveriam fazer", disse.

O presidente Jair Bolsonaro defendeu o "filho 02", o vereador Carlos Bolsonaro, e os assessores presidenciais Tercio Arnaud To-

maze José Matheus Salles Gomes, que comandam ataques a opositores do governo e ficaram conhecidos como integrantes do "gabinete do ódio". "São pessoas perseguidas o tempo todo, como se tivessem inventado um gabinete do ódio", afirmou. "É o gabinete da liberdade, da seriedade."

Ainda sobre o filho Carlos Bolsonaro, o presidente disse que ele foi o marqueteiro de sua campanha e que não ganhou "milhões" no exterior, como outros publicitários que atuam nas eleições. Ele admitiu que as redes sociais tiveram papel excepcional em sua eleição e afirmou que elas são a forma de garantir a entrega de "informações de verdade" para a população.

Bolsonaro disse que o governo está na iminência de regulamentar o Marco Civil da Internet e publicar um decreto para garantir a liberdade de expressão

nas redes sociais. "A minha rede social talvez seja aquela que mais interage em todo o mundo. Somos cercados, como muitos que me apoiam são cercados", afirmou. "Daremos liberdade e punições para quem porventura não respeite isso."

"Faremos isso (publicação do decreto) para que nosso Brasil possa ser livre e para que a população possa ter informações de verdade na ponta da língua", afirmou. "Vejam os senhores como era difícil fazer campanha quando não tínhamos telefone na mão."

Sem citar exemplos que confirmem sua afirmação e ignorando a beligerância com que trata os jornalistas, Bolsonaro também disse ser o presidente que "mais prega e age pela liberdade de imprensa". "Estamos dando exemplo de como defender nossa liberdade de imprensa, por mais que possa ser opositora ao

governo", afirmou.

Bolsonaro pretendia encontrar ontem, no Rio de Janeiro, com Robson Nascimento de Oliveira, ex-motorista do jogador Fernando que foi preso na Rússia. Ele foi detido ao desembarcar com medicamentos considerados ilegais no país, mas que são de uso controlado no Brasil.

"Conversamos com o governo russo, tive conferência com o presidente Vladimir Putin e agradeço por seu ato de grandiosidade de conceder o indulto", afirmou. Bolsonaro aproveitou para defender o ex-ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo, que, no último fim de semana, um mês após ser demitido, disse que o governo "perdeu a alma e o ideal". "Esse bom relacionamento começou com Ernesto Araújo e continuou com ministro Carlos Alberto Franco França."

Presidente lamenta origem do vírus

O presidente Jair Bolsonaro voltou a levantar dúvidas sobre a origem do vírus da covid-19. Ele mencionou teorias conspiratórias segundo as quais o vírus da covid-19 teria sido criado em laboratório, algo que cientistas já disseram ser improvável, ou que teria se espalhado a partir de ingestão de um "animal inadequado" - em referência a vídeos que mostrariam chineses tomando sopa de morcego, um hábito que não é comum no país asiático.

Sem citar a China, Bolsonaro insinuou que a pandemia seria um instrumento de guerra para garantir maior crescimento econômico. Também voltou a defender a prescrição de cloroquina como tratamento precoce contra a covid-19, embora estudos apontem que o uso do medicamento não apenas não tem eficácia comprovada contra a doença como também estaria associado a maior índice de mortalidade.

"É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou se nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. Mas está aí, os militares sabem que o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês. O que está acontecendo com o mundo todo, com sua gente e com o nosso Brasil?", questionou.

Bolsonaro desafiou senadores da CPI a convocarem médicos que defendam o uso da cloroquina para a covid-19. "Estamos sugerindo que sejam convocados ou convidados autoridades que venham falar do tratamento precoce. Canalha é aquele que é contra o tratamento precoce e não apresenta alternativa. Esse é um canalha", disse.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/industria-acumula-perda-de-3-4-em-dois-meses/509540>

« CRISE »

Indústria acumula perda de 3,4% em dois meses

A queda de 2,4% na produção industrial em março ante fevereiro fez o setor acumular uma perda de 3,4% em dois meses de recuos consecutivos, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ontem.

Em nove meses de crescimento, de maio de 2020 a janeiro de 2021, a indústria tinha acumulado um ganho de 40,1%. Com as perdas recentes, a indústria opera atualmente no mesmo patamar de fevereiro de 2020, pré-pandemia. A produção ainda está 16,5% abaixo do patamar recorde alcançado em maio de 2011.

Atividades

O recuo de 2,4% na produção industrial em março ante fevereiro foi resultado de perdas em 15 dos 26 ramos pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Entre as atividades, o destaque foi o tombo de 8,4% registrado pelo setor de veículos automotores, reboques e carrocerias, terceiro resultado negativo consecutivo, período em que acumulou uma perda de 15,8%.

Outras contribuições negativas relevantes para a média da indústria foram as de confecção de artigos do vestuário e acessórios (-14,1%), outros produtos químicos (-4,3%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-9,4%), couro, artigos para viagem e calçados (-11,2%), produtos de borracha e de material plástico (-4,5%), bebidas (-3,4%), móveis (-9,3%), produtos têxteis (-6,4%) e produtos de minerais não metálicos (-2,5%).

Na direção oposta, entre as 11 atividades com crescimento, os avanços mais importantes foram nas indústrias extrativas (5,5%), outros equipamentos de transporte (35,0%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,7%).

Revisões

O IBGE revisou o resultado da produção industrial em fevereiro ante janeiro, de -0,7% para -1,0%. A taxa de janeiro ante dezembro saiu de 0,4% para 0,3%. Na categoria de bens de capital a taxa de fevereiro ante janeiro foi revista de -1,5% para -3,7%. O resultado de janeiro ante dezembro saiu de 4,6% para 4,8%.

Na categoria de bens intermediários, a taxa de fevereiro ante janeiro foi revista de 0,6% para 0,4%. O desempenho de janeiro ante dezembro passou de -1,0% para -0,9%. O resultado de bens de consumo duráveis em fevereiro ante janeiro foi revisado de -4,6% para -3,4%. A taxa de janeiro ante dezembro saiu de -1,0% para -1,6%. O desempenho dos bens de consumo semiduráveis e não duráveis em fevereiro ante janeiro passou de -0,3% para -0,2%.

06/05/2021

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/copom-eleva-selic-para-3-5-ao-ano/509536>

Copom eleva Selic para 3,5% ao ano

« FISCAL » Elevação foi o segundo aumento consecutivo da taxa básica de juros, por parte do Comitê de Política Monetária do Banco Central. Várias entidades do setor produtivo criticaram o aumento da Selic

Em meio à segunda onda da pandemia de covid-19 no Brasil, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu ontem por unanimidade, elevar a Selic, a taxa básica de juros, em 0,75 ponto porcentual, de 2,75% para 3,50% ao ano. Esse foi o segundo aumento consecutivo dos juros, na esteira da alta recente da inflação.

Com isso, o Brasil voltou a registrar uma das maiores taxas de juros reais (descontada a inflação) do mundo. Cálculos do site Money e da Infinity Asset Management indicam que o juro real brasileiro está agora em 1,60% ao ano. O País tem o terceiro juro real mais alto do planeta, considerando as 40 economias mais relevantes.

Atualmente, o País só registra taxa real inferior às de Turquia (6,84%) e Indonésia (1,66%). Dos 40 países avaliados, 33 mantêm atualmente juros reais negativos, em um ambiente econômico ainda pressionado pela pandemia.

No caso do Brasil, a alta recente de juros está ligada às preocupações do Banco Central com o avanço da inflação. O IPCA - a inflação oficial do País - fechou março com elevação de 6,10% no acumulado de 12 meses. Os preços de combustíveis e alimentos seguem afetando o índice.

Nesse cenário, a decisão desta quarta-feira era largamente aguardada pelo mercado financeiro. De um total de 68 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, todas esperavam pelo aumento da Selic para 3,50% ao ano. Para o fim de 2021, as casas esperam desde uma Selic em 4,50% até um aumento dos juros a 6,50% ao ano.

Em documento divulgado nesta quarta, o BC também atualizou suas projeções para a inflação. No cenário básico, que utiliza câmbio variando conforme a Paridade do Poder de Compra (PPC) e juros do Relatório de



BC disse que o crescimento da inflação foi principal fator que contribuiu com o aumento da Selic

Mercado Focus, o BC alterou a projeção do IPCA de 2021 de 5,0% para 5,1%. No caso de 2022, a expectativa foi de 3,5% para 3,4%.

O centro da meta de inflação perseguida pelo BC em 2021 é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%). A meta de 2022 é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (de 2,00% a 5,00%), enquanto o parâmetro para 2023 é de inflação de 3,25%, com margem de 1,5 ponto (de 1,75% a 4,75%).

Entidades

O aumento de 0,75 ponto porcentual da taxa Selic (juros básicos da economia), para 3,5%, ao ano recebeu críticas de entidades do setor produtivo. Segundo elas, a alta da inflação é temporária, e o governo deveria estar estimulando o crédito, principalmente no momento de agravamento da pandemia de covid-19.

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) classificou de "equivocada" a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) de reajustar a Selic. Na avaliação da entidade, a atividade econômica, que vinha se recupera-

rando no início do ano, voltou a desacelerar por causa da segunda onda de casos de covid-19, com a atividade industrial caindo 3,4% em março na comparação com fevereiro.

"O setor produtivo ainda sofre com os efeitos negativos ocasionados pela pandemia. Nesse momento, as medidas deveriam ser para estimular o crédito para consumidores e para empresas, no entanto, esse segundo aumento da Selic, de forma bastante expressiva, aumenta o custo do financiamento e não contribui para a retomada da economia", destacou, em nota, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também criticou o novo aumento de juros. A entidade ressaltou que existem setores como os serviços que continuam vulneráveis por causa das recentes medidas restritivas tomadas por vários estados e que precisariam de juros mais baixos neste momento.

"Neste cenário, a subida de juros promovida pelo Banco Central eleva a incerteza e pode intensificar os impactos negativos do

fechamento de atividades econômicas, além de prejudicar a retomada do emprego verificada nos últimos meses", informou a Fiesp.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) considerou o aumento em 0,75 ponto porcentual da taxa básica de juros Selic como compatível com o cenário econômico atual. O aumento não surpreendeu, diz nota à imprensa da instituição.

"A despeito dos sinais de uma recuperação da atividade mais lenta, diante da situação da pandemia e do lento processo de imunização, o cenário fiscal e a escassez de insumos têm contribuído para o aumento das expectativas de inflação", analisou a Firjan.

A entidade esclarece que no contexto de incerteza, devem ser prioridades medidas estruturais que retomem a confiança do empresário e alavancem a economia. "É preciso avançar com urgência na discussão sobre reformas que levem a um cenário fiscal menos nebuloso, mitigando a desconfiança do investidor e contribuindo para que o país supere a crise gerada pela covid-19", sinalizou a Firjan.

Preços de commodities continuaram em alta, diz BC

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central destacou nesta quarta-feira que a alta nos preços das commodities seguem pressionando a inflação. O colegiado decidiu nesta data, por unanimidade, elevar a Selic (a taxa básica da economia) em 0,75 ponto porcentual, de 2,75% para 3,50% ao ano.

"Com exceção do petróleo, os preços internacionais das commodities continuaram em elevação, com impacto sobre as projeções de preços de alimentos e bens industriais. Além disso, a transição para patamares mais

elevados de bandeira tarifária deve manter a inflação pressionada no curto prazo", apontou o comunicado.

Ainda assim, o Copom insistiu no diagnóstico de que os choques atuais são temporários, e reiterou que segue atento à sua evolução. De acordo com o documento, as diversas medidas de inflação subjacente estão "no topo" do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação. Na reunião anterior, em março, a avaliação era de que elas estavam "acima" desse intervalo.

Em relação à atividade doméstica, o colegiado destacou que os indicadores recentes mostram uma evolução mais positiva do que o esperado, embora a intensidade da segunda onda da pandemia seja maior que a prevista. "Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia ainda permanece acima da usual, mas aos poucos deve ir retornando à normalidade", completou o Copom.

Recuperação

Sobre o cenário externo, a avaliação do BC é de que os novos estímulos fiscais em alguns países desenvolvidos e o avanço da vacinação contra covid-19 devem levar a uma recuperação "mais robusta" da atividade ao longo do ano.

"A presença de ociosidade, assim como a comunicação dos principais bancos centrais, sugere que os estímulos monetários terão longa duração. Contudo, questionamentos dos mercados a respeito de riscos inflacionários nessas economias podem tornar o ambiente desafiador para países emergentes", concluiu o Copom.

06/05/2021

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/guararapes-informa-que-lana-ara-contas-digitais/509537
------	---

Guararapes informa que lançará contas digitais

« SERVIÇOS » Novidade anunciada para o mercado financeiro segue decisão de investir no modelo de “plataforma digital financeira”

O grupo Guararapes informou ontem, via fato relevante, que lançou a Conta Digital da Midway Financeira. Segundo a empresa, o movimento está em linha com o processo de transformação do modelo de negócios da companhia na direção de se tornar uma grande plataforma digital centrada no cliente.

“De acordo com o ranking divulgado pelo Banco Central do Brasil, a Midway Financeira já é a oitava maior instituição financeira do país em quantidade total de clientes. Com o lançamento da Conta Digital, a companhia espera elevar o relacionamento e engajamento dos clientes a um novo patamar, gerando maior frequência de acessos e maior relevância ao seu aplicativo”, diz o grupo.

O anúncio segue plano público em julho do ano passado, quando a Guararapes decidiu “suspender o processo para transformar a Midway Financeira em Banco Múltiplo e solicitar ao Banco Central a autorização

para oferecer contas digitais por meio de uma estrutura mais ágil, otimizada e focada no cliente”. O motivo foi “a aceleração da transformação do modelo de negócios da Companhia na direção de se tornar uma grande plataforma digital centrada no cliente”.

A empresa confirmou que seguirá com o plano de negócios com foco “na transformação da Midway como grande plataforma digital de serviços financeiros”.

Contas digitais

Organizações do setor bancário digital tiveram sucesso e vêm crescendo em 2021, segundo o Banco Central Brasileiro. De acordo com o banco, pelo menos 40 instituições financeiras iniciaram suas atividades em 2020.

Com acesso facilitado à internet e com a maioria das pessoas se bancarizando, as instituições financeiras estão percebendo a necessidade de se reinventar tecnologicamente e, com isso, acabaram criando os bancos digitais



ARQUIVO/TN

Guararapes é dona da Riachuelo e do Midway Mall

que estão ganhando cada vez mais espaço no mercado mundial, informa Vinicius Baraldi Nitz, bacharel em administração de empresas.

“Apesar dos grandes bancos tradicionais ainda dominarem o mercado financeiro, as fintechs (startups ou empresas que desenvolvem produtos financeiros totalmente digitais) estão se tornando a preferência de milhões de brasileiros. Em 2018, startups como Banco Inter e Nubank tiveram crescimento de mais de 100%, enquanto bancos como Bradesco e Itaú contabilizaram crescimento de apenas 1% e 4%, respectivamente”, explica Vinicius.

No Brasil o número de fintechs vem crescendo em ritmo acelerado desde o início da pandemia. De acordo com um estudo realizado pela USB Evidence Lab, em 2020, pela primeira vez no país, a parcela de downloads de aplicativos de bancos totalmente digitais representou 52%, enquanto os bancos tradicionais

contaram com 48%, proporção que no ano anterior era o inverso.

“A verdade é que a pandemia trouxe um novo público para os bancos digitais. As medidas de isolamento, exigidas pelo governo para diminuir a propagação do vírus, fizeram com que as pessoas, antes avessas aos sistemas on-line, passassem a aderir e confiar nos bancos pela internet”, relata Nitz.

A competitividade entre bancos tradicionais e digitais está trazendo diversos benefícios aos correntistas, lembra Vinicius. Ele avisa, também, que as instituições financeiras, com o intuito de atrair e fidelizar clientes, estão oferecendo contas e cartões de crédito com taxas reduzidas, isenção nas tarifas, atendimento 24 horas e cashback (dinheiro de volta) em compras. “Estão oferecendo, até mesmo, mimos como, por exemplo: crédito em Uber, Airbnb e cinema, como bancos tradicionais já faziam”, alega o especialista.



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP_AL), e o ministro da Economia, Paulo Guedes. Pedro Ladeira - 4. fev. 21 / Folhapress

Intervenção de Lira abre caminho para reforma tributária fatiada de Guedes

Equipe econômica planeja fusão de PIS e Cofins e outras mudanças, como no estadual ICMS

Fábio Pupo, Thiago Resende e Washington Luiz

BRASÍLIA A discussão sobre uma fusão ampla de impostos federais, estaduais e municipais foi praticamente inviabilizada no Congresso após a intervenção nos debates feita pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Lira abriu caminho na Casa para o avanço do plano do ministro Paulo Guedes (Economia), que quer mudanças no sistema tributário de forma fatiada, começando apenas pela fusão dos impostos federais PIS e Cofins.

Agora, as negociações entre governo e aliados prevêm que a reforma deve ser repartida em até cinco projetos que serão distribuídos entre Câmara e Senado — que, segundo interlocutores do Palácio do Planalto ouvidos pela Folha, deu aval ao acordo.

A estratégia de dividir o tema entre diferentes congressistas foi usada anteriormente por governo e aliados.

Em busca de apoio ao Plano Mais Brasil, que buscava reformar regras orçamentárias e rever despesas, foram produzidas três PECs (propostas de emenda à Constitu-

ção). O pacote lançado pela equipe econômica em 2019 acabou sendo, posteriormente, reunido em apenas um texto que foi aprovado em 2021.

Lira atendeu os interesses do governo na terça-feira (4) ao acabar com a comissão especial da Câmara sobre a reforma tributária, permitindo que a PEC 45, que trata do tema, fique restrita ao plenário.

A decisão foi anunciada somente depois de orelador da comissão mista, Aginaldo Ribeiro (PP-PB), apresentar seu parecer que contrariava o Executivo.

Aginaldo formulou o relatório com base na PEC 45 — de autoria do deputado Balaia Rossi (MDB-SP) —, discutida desde 2019 e que propunha uma fusão ampla de impostos (com tributos federais, o estadual ICMS e o municipal ISS), mas alterou o texto e ainda incorporou elementos sugeridos pelo governo e pela PEC 110, do Senado.

Apesar do esforço para conciliar as diferentes propostas, o texto não agradou ao governo por ter incluído na fusão impostos estaduais e municipais. Guedes era contrário a uma fusão com tal alcance por temer que a União tivesse que arcar com eventuais

perdas de estados e municípios ao fim das discussões.

Agora, com a intervenção de Lira, a PEC 45 só pode ser discutida formalmente no plenário da Câmara — o que, pela complexidade do tema, praticamente elimina as chances de ela prosseguir.

Procurados, interlocutores não confirmam que Guedes foi o responsável por pedir a Lira as medidas tomadas na terça — mas dizem que sempre comunicaram a ele a insatisfação com uma reforma ampla.

As discussões baseadas na PEC 45 até podem prosseguir na comissão mista ou no Senado. No entanto, sem apoio do comando da Câmara e do Executivo, as chances de elas prevalecerem são baixas.

Aliados do governo na Câmara dizem que a PEC 45 deve agora ser enterada. Sem debate na comissão, não há como ajustar o texto conforme o defendido pelos partidos.

Assim, não haveria como costurar maioria favorável à proposta de fusão ampla (federal, estadual e municipal) no plenário. Há décadas se tenta aprovar uma reforma tributária no país, mas nenhum governo conseguiu o feito.

A equipe econômica espera

que, agora, a Câmara avance com uma reforma nos moldes defendidos por Guedes.

A ideia é começar pela junção de PIS e Cofins na nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). O projeto de lei sobre o tema já foi enviado pelo Executivo no ano passado.

Lira tem mostrado alinhamento ao governo ao dizer que busca aprovar a reforma tributária que seja possível. "Eu sempre digo: entre o tudo e o nada, eu prefiro o melhor possível. É o que faremos", afirmou nesta semana.

A equipe econômica também quer avançar em uma proposta de unificação da legislação de ICMS e também do ISS, com limitação no número de alíquotas que governadores e prefeitos poderão escolher — evitando a guerra fiscal entre eles e diminuindo a quantidade de diferentes regras tributárias pelo país.

A visão do time de Guedes é que avançar com propostas como essas é uma estratégia mais viável do que uma PEC ampla. A maior parte das mudanças, inclusive a da unificação do ICMS, exigiria proposições mais simples, como projetos de lei — que demandam menos votos.

As fatias da reforma planejadas por Guedes

- Unir tributos federais **PIS e Cofins** na nova **CBS**. Permitir a adesão de estados de maneira voluntária
- Incentivar Congresso a aprovar **unificação** de regras do **ICMS** e também a do **ISS**
- Transformar **IMI** em um **imposto seletivo**
- Reduzir **Imposto de Renda de Pessoa Jurídica** e **taxar dividendos**
- Renegociar **débitos de devedores** de impostos, com regras a serem definidas

Outra vontade do governo é avançar com as demais etapas da reforma tributária imaginada por Guedes. Estão nos planos a redução do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a taxa de dividendos e a transformação do IPI em um imposto seletivo a itens como cigarros e bebidas.

Em outra frente, o governo quer ampliar as renegociações com devedores, permitindo o pagamento — com desconto — de débitos com a União. Chamado de "passaporte tributário", o projeto visa encerrar discussões judiciais concedendo redução no montante devido por empresas.

Segundo interlocutores do governo no Congresso, projetos que já estão na Câmara e no Senado poderão ser usados para acelerar as votações.

A definição e distribuição das propostas entre os congressistas passam por uma nova negociação também porque as medidas de Lira causaram reação de integrantes da comissão mista — que se encontra em um limbo, porque não foi prorrogada por Lira — da reforma tributária na terça.

O presidente do colegiado, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), disse que o objetivo das discussões deve ser esclarecer o debate e criticou a decisão de Lira na terça-feira.

A intervenção do presidente da Câmara na comissão da reforma gerou reações também nesta quarta (5) no Senado.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA), que integra o colegiado, defendeu que seja mantida a comissão mista. Para ele, a decisão de Lira é uma oportunidade para o Senado se movimentar e decidir de qual maneira agir.

"Deveria concentrar a reforma tributária em uma comissão mista, para que a gente saia com um parecer, com um projeto palatável para que seja aprovado. Faltar não é reforma, passa a ser uma minirreforma", disse Coronel.

Da oposição, o senador Rogério Carvalho (PT-SE), também integrante do colegiado misto, disse que se deve aproveitar esse impasse entre Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

No dia anterior, Pacheco disse em nota, que "a comissão fez um trabalho longo de aprofundamento sobre a reforma tributária". "É razoável e inteligente darmos oportunidade de concluir o trabalho".

Carvalho afirmou que agora se abre oportunidade para se discutir uma reforma de caráter progressivo, e não regressivo. "Pelo que acompanhei até agora, é muito mais unificação de tributos, do que reforma tributária. Reforma tributária não deve ter caráter regressivo", disse.

"Agora, com essa disputa, quem sabe a gente não tenha parte da base do governo, que defende os mais ricos, apoiando toda a sociedade brasileira".

Copom eleva juros em 0,75 ponto, para 3,5%, e sinaliza nova alta em junho

Retomada mais lenta da economia e desequilíbrio fiscal atuam de formas opostas sobre a inflação, diz BC, mas o segundo é mais forte

Larissa Garcia

BRASÍLIA Conforme sinalizado na reunião anterior, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou novamente a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, para 3,5% ao ano, nesta quarta-feira (5).

No comunicado, o BC sinalizou nova alta na mesma magnitude para a próxima reunião, em junho, para 4,25%.

“Para a próxima reunião,

o comitê antevê a continuação do processo de normalização parcial do estímulo monetário com outro ajuste da mesma magnitude. O Copom ressalta que essa visão continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação”, disse o texto.

Embora tenha reconhecido que a pressão inflacionária deva se manter a curto prazo, a autoridade monetária

5,5%
é a taxa
estimada
pelo mercado
financeiro
para a Selic
ao fim de 2021

manteve a avaliação de que a alta de preços é temporária.

“Com exceção do petróleo, os preços internacionais das commodities continuaram em elevação, com impacto sobre as projeções de preços de alimentos e bens industriais. Além disso, a transição para patamares mais elevados de bandeira tarifária deve manter a inflação pressionada a curto prazo. O comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, mas segue atento à sua evolução.”

A decisão veio em linha com as expectativas do mercado — todos os analistas consultados pela Bloomberg projetavam a alta.

O Copom reafirmou que há fatores de risco para a inflação em ambas as direções: uma recuperação mais lenta da economia com o agravamento da pandemia pode segurar os preços, e o desequilíbrio fiscal pode puxá-los para cima.

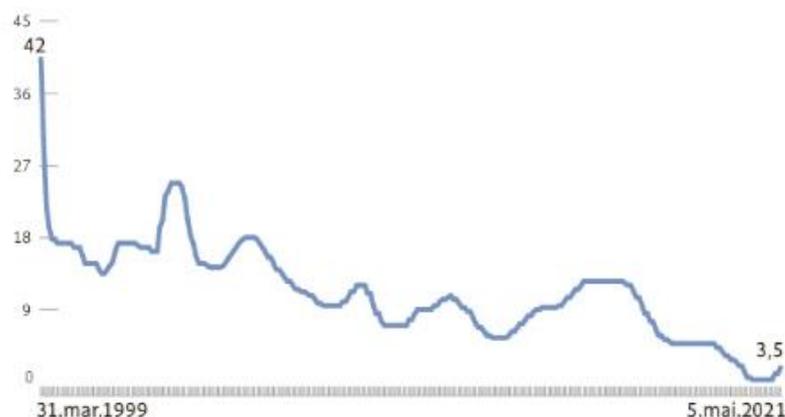
“Por um lado, o processo de recuperação econômica dos efeitos da pandemia pode ser mais lento do que o estimado, produzindo trajetória de inflação abaixo do esperado”, explicou.

Para o comitê, porém, o risco fiscal é mais acentuado.

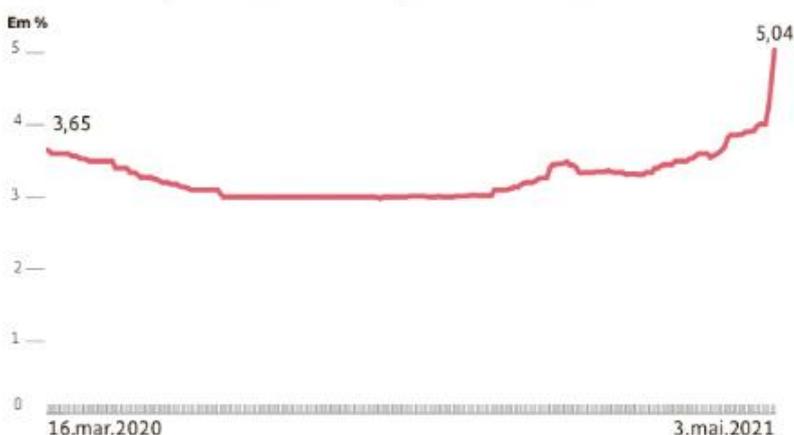
Copom eleva a taxa básica de juros

Meta Selic

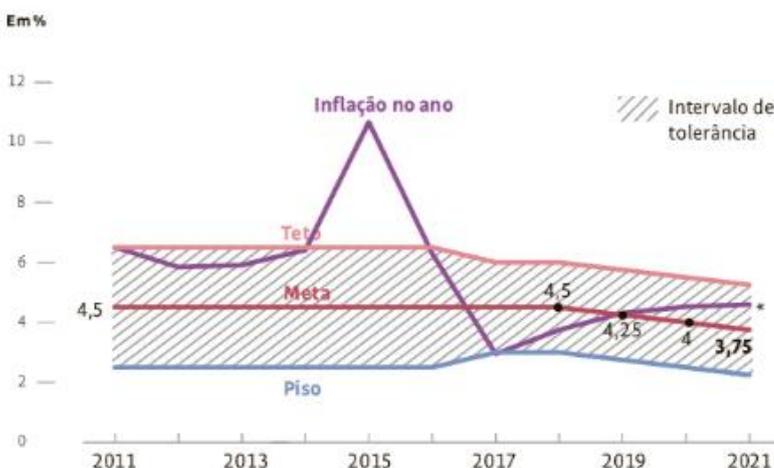
Em %



Mediana das expectativas do mercado para IPCA em 2021



Meta de inflação anual



Renda fixa perde para a inflação com Selic a 3,5 ao ano

Rendimento, em %

	Bruto	Líquido	Real
Poupança antiga**	6,17	6,17	1,07
Debênture incentivada**	5,13	5,13	0,09
LC	4,76	3,81	-1,17
RDB	4,62	3,70	-1,28
CDB banco médio	4,42	3,54	-1,43
LCI**	3,47	3,47	-1,5
LCA**	3,33	3,33	-1,63
Tesouro Selic	3,40	2,72	-2,21
Poupança nova**	2,45	2,45	-2,47
CDB banco grande	2,72	2,18	-2,73

*Mediana das projeções do Focus para o fim de 2021 **Investimentos isentos de Imposto de Renda
 ***Para projeções de rendimento líquido, foi utilizada a alíquota de 20,00% de IR referente a prazos de vencimento entre 181 e 360 dias
 Fonte: Bloomberg, Boletim Focus (BC), Banco Central e Yubb

“O risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altíssima no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária”, diz o texto.

Júlio Cesar Barros, economista da MAG Investimentos, considerou a decisão do BC de sinalizar nova alta para a próxima reunião acertada.

“Creio que a decisão é coerente com o que ele vinha comunicando, sobretudo em relação a normalização parcial. O BC já havia dito que não estava escrito em pedra e que caso seja necessário vai mover os juros para fazer a inflação ser levada à meta”, pontuou.

“Portanto, o BC segue o seu plano de voo. Acreditamos que ele levará a Selic a 5% neste ano”, disse o especialista.

Para Álvaro Villa, da mesa de operações da Messem investimentos, o BC mostrou preocupação com a inflação, o que justificou a sinalização de alta de 0,75 ponto percentual na próxima reunião, mas também com o crescimento econômico, o que inviabiliza elevação de um ponto.

“Para a próxima decisão, devemos olhar para o patamar do câmbio, que, se continuar acima de R\$ 5,50 o BC poderá ser mais contundente, e para as commodities, além da atividade econômica”, afirmou.

O comunicado trouxe novamente a avaliação do Copom de que há necessidade de uma normalização parcial da taxa de juros. Ou seja, a atividade econômica ainda precisará de estímulo monetário ao longo do processo de recuperação econômica.

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos afirmou que o BC não deverá elevar o juro além de seu patamar neutro (que não estimula, nem reduz a atividade), hoje estimado entre 6,0% e 6,5%, mantendo algum estímulo monetário ao longo do processo de recuperação econômica.

“O BC mostrou-se austero com o avanço da inflação e a perspectiva de que isso continue assim, mas manteve a sinalização de normalização parcial do juro.”

Continua na pág. A18

São Paulo – 06/05/2021

Bolsonaro veta prorrogação, e IR terá de ser declarado até o dia 31

Raquel Lopes

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro vetou nesta quarta (6) o projeto de lei que prorrogava o prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda até 31 de julho. Dessa forma, fica mantido o dia 31 de maio como a data-limite para prestar contas com a Receita. Segundo o Planalto, a proposta de prorrogação — a medida fora aprovada no Congresso — foi vetada por causar um desequilíbrio do fluxo de recursos, o que poderia afetar a possibilidade de manter as restituições para os contribuintes, além de comprometer a arrecadação dos entes federativos.

Além disso, a prorrogação afetaria o reingresso de recursos referentes à devolução do auxílio emergencial recebido indevidamente em

2020 aos cofres públicos. Isso porque a declaração do IR permite a identificação de auxílio recebido irregularmente e cobra do declarante o dinheiro de volta.

O prazo inicial para enviar a declaração referente ao exercício 2020 era 30 de abril, mas foi prorrogado para o mês seguinte pela Receita Federal devido à pandemia.

Em nota, o Ministério da Economia afirmou que um novo adiamento impactaria a arrecadação e até medidas ligadas à Covid-19, como o auxílio emergencial — mas não explicou por que isso ocorreria.

O PL (projeto de lei) 639, do deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), foi aprovado pelo Congresso em abril, e o prazo para a sanção ou veto de Bolsonaro se encerraria nesta quarta.

A pasta também argumen-

tou que a prorrogação total de três meses e a manutenção do cronograma original de restituição da Receita a contribuintes teria como consequência um fluxo de caixa negativo.

“Essa diferença negativa [...] afetaria, por exemplo, programas emergenciais implantados pelo governo para preservar atividades empresariais e manter o emprego e a renda dos trabalhadores, e a programação de pagamento do auxílio emergencial de 2021.”

O ministério não detalhou como ocorreria o mencionado impacto do adiamento em um mês do IR nas medidas ligadas à pandemia, já que elas estão sendo bancadas por dívida pública e fora do Orçamento tradicional.

O auxílio, por exemplo, está sendo executado com regras fiscais suspensas pelo Congresso após a aprovação

da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial.

O Ministério também afirmou que estados e municípios teriam redução considerável nos recursos destinados aos fundos de participação que subsidiavam, entre outros, gastos com saúde para o combate à pandemia.

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na nota ainda que os motivos usados pelo Congresso para aprovar a prorrogação do prazo têm, na verdade, pouco efeito na entrega das declarações.

Segundo levantamento da Receita Federal, no período de 1º a 22 de abril de 2021 a quantidade de declarações entregues chegou a 14,7 milhões, que supera a quantidade verificada no mesmo período de 2020 e acompanha os números de anos anteriores.

Saiba como informar compra e venda de ações

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

142 - Comprei e vendi ações em 2020. Com algumas tive ganhos, com outras, prejuízo. Não emiti Darf em nenhuma negociação. Devo emitir agora e declarar somente as ações em que tive ganhos? As que deram prejuízo devem ser declaradas? (S.D.). Sim. Preencha o Demonstrativo de Renda Variável da declaração. Emita os Darf somente dos meses em que teve ganhos e pague com os acréscimos legais. Os prejuízos serão deduzidos dos ganhos nas aplicações da mesma natureza.

143 - Sou titular de plano de saúde contratado por associação de funcionários. Tenho como dependentes minha companheira e, como consignado, meu pai, mas nenhum é dependente meu no IR. Pago as mensalidades. Posso abater na minha declaração? (R.A.). Não, por eles não serem dependentes no IR. Em regra geral, o contribuinte titular de plano não pode deduzir os valores referentes a dependentes quando estes declaram em separado, pois são dedutíveis os valores pagos a planos de pessoas consideradas dependentes e incluídas na declaração do responsável. Porém, como sua mulher e seu pai declaram em separado, eles podem deduzir os gastos do plano de saúde cujo ônus foi suportado por você e por fazerem parte da mesma entidade familiar.

Paulo – 06/05/2021

Indústria recua 2,4% em março e zera ganhos na pandemia

Queda é a segunda consecutiva e novo sinal de perda de fôlego da atividade econômica em 2021

Leonardo Viecelli

PORTO ALEGRE Prejudicada pelo agravamento da pandemia, a produção industrial caiu 2,4% em março na comparação com fevereiro, apontam dados divulgados nesta quarta (5) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com o resultado, o indicador retornou ao nível pré-pandemia, verificado em fevereiro de 2020. Ou seja, a produção das fábricas zerou os ganhos acumulados após o impacto inicial da crise sanitária.

A baixa de março foi a segunda consecutiva, em mais um sinal de perda de fôlego da atividade econômica na largada deste ano. Em fevereiro, a produção industrial havia caído 1% após nove meses de desempenho positivo.

Além do recrudescimento da Covid-19, a interrupção de programas de estímulo também freou a economia no primeiro trimestre. O auxílio emergencial, por exemplo, só foi retomado em abril.

Já na comparação com março do ano passado, a produção industrial cresceu 10,5%. À época, o país vivia a fase inicial da crise sanitária, com os primeiros impactos do coronavírus na rotina de empresários e trabalhadores.

Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam queda de 2,8% para a produção industrial na comparação mensal e alta de 8,5% no recorde anual.

Na avaliação de André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE, a retração de 2,4% tem "uma associação bem clara com o recrudescimento da pandemia". Fatores como inflação e desemprego em alta completam o cenário de dificuldades que provoca freio na atividade das fábricas, diz.

"O resultado tem uma relação direta com o início de 2021, de menor ritmo de produção. Tem uma associação bem clara com o recrudescimento da pandemia e todos os efeitos que isso traz para o processo produtivo", afirmou.

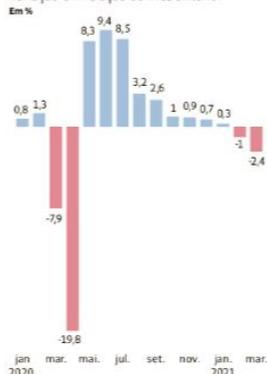
"Com o agravamento da crise, restrições de mobilidade, fim do auxílio (emergencial) e contingente importante de (trabalhadores) desocupados e subutilizados, há um comportamento de redução da produção, intensificado em março", acrescentou Macedo.

No acumulado do primeiro trimestre de 2021, a produção industrial teve alta de 4,4%. Em 12 meses, o desempenho continuou negativo, com queda de 3,1%.

O patamar recorde de produção foi registrado em maio de 2021. O nível do terceiro mês de 2021 está 16,5% abaixo do pico da série histórica. "A queda em março era um desempenho previsível. Houve piora da pandemia, e medidas emergenciais do governo desapareceram. Só agora que algumas medidas estão sendo recompostas, mas em níveis inferiores. A piora nos casos

Produção industrial zera ganhos da pandemia

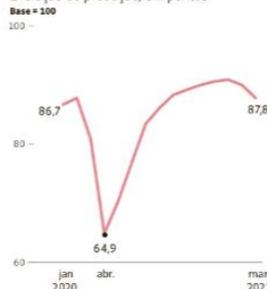
Variação em relação ao mês anterior



10,5% de alta na produção em relação a mar.20

-3,1% de queda no acumulado em 12 meses

Evolução da produção, em pontos



Desempenho por atividade

Varição na comparação entre março e fevereiro, em %

Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	35
Impressão e reprodução de gravações	16,1
Indústrias extrativas	5,5
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	5,4
Produtos de madeira	3,9
Produtos do fumo	3,5
Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	1,7
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,6
Celulose, papel e produtos de papel	0,3
Produtos alimentícios	0,2
Sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, perfumaria e higiene pessoal	0,1
Produtos diversos	-0,6
Máquinas e equipamentos	-0,7
Metalurgia	-0,7
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-2,1
Indústria geral	-2,4
Produtos de minerais não-metálicos	-2,5
Bebidas	-3,4
Outros produtos químicos	-4,3
Produtos de borracha e de material plástico	-4,5
Produtos têxteis	-6,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-8,4
Móveis	-9,3
Produtos farmacêuticos e farmacêuticos	-9,4
Couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-11,2
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-14,1

Fonte: IBGE

de coronavírus bloqueia vendas do comércio, importantes para o escoamento dos produtos da indústria", diz o economista Rafael Cagnin, do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial).

Em março, 15 dos 26 ramos industriais ficaram no vermelho. Segundo o IBGE, a principal influência negativa veio de veículos automotores, reboques e carrocerias, cuja produção amargou tombo de 8,4% ante fevereiro.

Por outro lado, entre as atividades em alta, os destaques foram indústrias extrativas (5,5%), outros equipamentos de transporte (35%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,7%).

"A indústria caiu em março menos do que o mercado esperava, mas mostrou fragilidade. A economia não está ganhando tração por conta própria", aponta o economista-chefe da corretora Necton Investimentos, André Perfeito.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) afirmou, no dia 27, que a "economia terá problemas enquanto toda a população não for vacinada". Durante a crise sanitária, outra queixa recorrente de empresários é a escassez de insumos e a disparada de preços de matérias-primas, reflexos do desarranjo de cadeias produtivas e da alta do dólar.

Na visão de Perfeito, o quadro de demanda fragilizada pode ter arrefecido com o avulta de programas como o auxílio emergencial. Contudo, o cenário de pandemia segue como fator de risco para o setor industrial, relata o economista.

"A retomada de programas de sustentação de demanda pode trazer alívio, mas a massa salarial continua baixa. A renda está fragilizada, e os empresários não conseguem repassar o aumento de custos. Tem vários desafios no horizonte", diz Perfeito.

Cagnin vai na mesma linha. O economista do Iedi enxerga quadro de dificuldades enquanto o número de casos de coronavírus não tiver redução consistente.

"Teremos um retorno ao crescimento mais forte com o ponto final da pandemia. Isso vem com a vacinação."

06/05/2021

Lucro da Pfizer com vacina pode beirar R\$ 5 bi

Companhia é alvo de críticas por priorizar países ricos na venda de imunizante, que gerou R\$ 19 bi em receita no 1º tri

NOVA YORK E LONDRES | THE NEW YORK TIMES Em 2020, correndo para desenvolver uma vacina em prazo recorde, a Pfizer tomou uma decisão importante: diferentemente de muitos dos fabricantes rivais, que prometeram abrir mão dos lucros sobre as vacinas durante a pandemia, a empresa planejou lucrar com seu imunizante. Na terça-feira (4), a companhia anunciou quanto dinheiro exatamente o produto está gerando. No primeiro trimestre, a vacina trouxe receita de US\$ 3,5 bilhões (R\$ 18,8 bilhões), quase um quarto do seu faturamento total. O produto foi, por larga vantagem, a maior fonte de receita da Pfizer.

A companhia não revelou os lucros derivados da vacina, mas reiterou a previsão anterior de que a margem de lucro ficaria acima dos 20%. Isso se traduziria em cerca de US\$ 900 milhões (R\$ 4,8 bilhões) em lucros anteriores aos impostos com a vacina no primeiro trimestre. A Pfizer vem sendo elogiada pelo desenvolvimento de uma tecnologia não comprovada que salvou um número incalculável de vidas. Mas a vacina da empresa vem sendo distribuída desproporcionalmente entre os ricos do planeta — um resultado que, pelo menos por enquanto, contraria a promessa



Enfermeira se prepara para aplicar dose da Pfizer-BioNTech em idosa de 91 anos em Roma, na Itália. Tobiasz Fabi - 14.3ab.21/APF

de seu presidente-executivo, de que os países pobres "teriam o mesmo acesso que o resto do mundo" a uma vacina que é altamente efetiva na prevenção da Covid-19. Até a metade de abril, os países ricos haviam recebido mais de 87% dos mais de 700 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 distribuídas em todo o mundo, enquanto os países pobres receberam apenas 0,2%, de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde). Nos países

ricos, cerca de uma em cada quatro pessoas já recebeu a vacina. Nos países pobres, a proporção é de uma em 500. A Pfizer assumiu o compromisso de tornar sua vacina acessível em todo o mundo. A empresa anunciou na terça-feira que havia despachado 430 milhões de doses a 91 países ou territórios. Uma porta-voz da Pfizer, Sharon Castillo, não quis informar quantas doses foram enviadas a países pobres, nos quais a companhia não está obtendo

lucros com a venda de vacinas. A companhia prometeu que forneceria até 40 milhões de doses à Covax, uma parceria multilateral cujo objetivo é fornecer vacinas a países pobres. Isso representa menos de 2% dos 2,5 bilhões de doses que a Pfizer e sua parceira no desenvolvimento da vacina, a BioNTech, planejam produzir neste ano. As doses que a Pfizer prometeu para a Covax são "uma gota de água no oceano", disse Clare Wenham, especia-

lista em política de saúde na London School of Economics. A Johnson & Johnson e a AstraZeneca prometeram vender suas vacinas sem lucro, enquanto durar a pandemia. A Moderna, que nunca realizou lucros e não tem outros produtos no mercado, decidiu vender sua vacina com lucro. Diferentemente da vacina da Moderna, o produto da Pfizer não é crucial para a lucratividade da empresa. No ano passado, a Pfizer teve lucro de US\$ 9,6 bilhões, antes

que a vacina contra a Covid tivesse qualquer impacto discernível sobre seus resultados.

O fato de a Pfizer parecer ter lucrado US\$ 900 milhões com suas vacinas, antes dos impostos — adicionado às vendas baixas para países pobres —, indica que os lucros se sobrepujaram a todas as demais considerações. Isso pode solapar a mensagem em defesa de princípios mais elevados.

"Na Pfizer, acreditamos que cada pessoa mereça ser vista, ouvida e cuidada", disse Albert Bourla, o presidente-executivo da companhia, em janeiro, quando a Pfizer anunciou sua adesão à Covax.

"A despeito de toda a conversa sobre a Covax, eles se interessam muito mais por transações bilaterais, porque é nelas que ganham dinheiro", disse Richard Kozul-Wright, diretor da divisão de globalização e estratégias de desenvolvimento da Unctad, a organização de comércio e desenvolvimento das Nações Unidas. "É um dos grandes triunfos de relações públicas na história empresarial recente."

Os defensores da Pfizer contestam essa interpretação. O desenvolvimento rápido de vacinas altamente efetivas é um avanço científico raro e que oferece imensos dividendos para todo o planeta.

Tradução de Paulo Migliaro
Leia mais em Saúde

Internet. Levantamentos apontam que atraso na imunização contra a covid e temas como desemprego e auxílio emergencial acentuam desgaste do presidente nas mídias digitais

Vacina e economia abalam Bolsonaro nas redes sociais

Vinícius Valfré
André Sholders / BRASÍLIA

A confiança depositada por aliados do presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais sofreu abalo significativo. Pesquisas indicam que o desgaste de Bolsonaro vem crescendo desde o fim do ano passado não apenas pela demora na vacinação contra a covid-19, mas também por causa da crise econômica, com o aumento do desemprego. Além disso, uma forte onda negativa avançou sobre o presidente nas mídias digitais desde a noite de anteontem, por causa da morte do ator e humorista Paulo Gustavo, vítima do novo coronavírus.

A comoção, misturada à indignação com a falta de vacina e o desrespeito a medidas sanitárias, levou o presidente a ser alvo de insultos nas redes, com xingamentos como “verme”, “monstro”, “cínico”, “hipócrita” e “desgraçado”. Bolsonaro usou as redes para expressar “pesar” pela morte do ator Paulo Gustavo, em rara manifestação de solidariedade. Nem isso, porém, fez com que o coro de “Fora Bolsonaro” diminísse.

Levantamento feito pela consultoria AP Exata mostra que, nos últimos meses, a pandemia afetou a percepção dos internautas sobre o presidente, mas

foi o cenário econômico que causou os maiores prejuízos à sua imagem. Até agosto do ano passado, as publicações que manifestaram confiança em Bolsonaro eram cerca de 24%, de acordo com o estudo. A partir de setembro, o índice começou a registrar queda. Em novembro, ficou em 20%. Em dezembro, quando foram pagas as últimas parcelas do auxílio emergencial de R\$ 300, caiu para 16%.

O índice de confiança, no entanto, começou a oscilar negativamente em setembro, quando a alta dos preços se tornou mais visível. Naquele mês, a variação mensal da inflação havia saltado de 0,24% para 0,64%. A sequência continuou até dezembro, com o pico de 1,35%.

A tendência de enfraquecimento de Bolsonaro nas redes também foi captada por outros levantamentos. Um estudo da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP-FGV) indica que o presidente vem perdendo força nessas mídias. “O presidente Jair Bolsonaro apresenta o melhor desempenho entre os presidenciáveis em todas as plataformas analisadas, mas Facebook, Instagram e YouTube registram queda no engajamento em torno do presidente ao longo de 2020”, diz o relatório.

Para o sociólogo Marco Aurélio Ruediger, coordenador do es-



NO APLICATIVO

Siga seus colonistas favoritos no app e não perca nenhuma análise. Use o QR Code para baixar.

tudo, é importante destacar que, mesmo assim, Bolsonaro ainda mantém resiliência. As sucessivas crises, no entanto, ameaçam mudar o quadro. “Ainda tem presença nas redes maior que a dos demais players de oposição individualmente. Talvez pandemia, CPI e desemprego estejam mudando isso. Hoje há uma guerra de narrativas”, disse. “Essa luta de narrativas é central para uma projeção mais ou menos auspiciosa das possibilidades na campanha de 2022”.

Bolsonaro costuma guiar o seu comportamento político por avaliações de usuários nas redes sociais, deixando em segundo plano as tradicionais pesquisas de opinião. Quem cuida de suas mídias digitais é o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), seu filho, que comanda o chamado “gabinete do ódio” – núcleo de auxiliares que desempe-

na papel de ‘milícia digital’ contra opositores do governo. “É o gabinete da liberdade, da seriedade” afirmou Bolsonaro ontem (*mais informações nesta página*).

A pedido do Estadão, a Bites Consultoria avaliou o desempenho de Bolsonaro em suas quatro principais redes sociais – Twitter, Instagram, Facebook e YouTube – de 2019 até hoje. Quatro variáveis foram analisadas: número de seguidores; número de postagens; interações totais e média de interações a cada postagem. Cada “like”, comentário ou compartilhamento conta como uma interação.

A análise da Bites mostra uma desaceleração de Bolsonaro nas redes ao longo dos anos: em 2019, cada “post” dele tinha, em média, 129 mil interações. Em 2020, caiu para 113 mil; este ano, foram 95 mil. “Minha percepção é de que uma pessoa que consegue manter um patamar tão grande de interações nas redes não está ‘derretendo’. Está havendo mais uma desaceleração do que perda de popularidade. A curva de Bolsonaro não é a de que alguém que ‘despenca’ nas redes”, disse ao Estadão o diretor da Bites, Manoel Fernandes.

Público liga morte de Paulo Gustavo à política do governo
[Pág. H1](#)

Política monetária. Alta ocorre apesar das dificuldades do Brasil para reativar a atividade econômica; decisão está focada no receio de que a inflação possa acelerar, em especial no próximo ano. Copom sinaliza nova elevação de 0,75 ponto percentual na próxima reunião

BC eleva taxa básica de juros pela 2ª vez em 2021 e Selic vai a 3,50% ao ano

Fabrizio de Castro
Eduardo Rodrigues | BRASÍLIA

Para conter a escalada mais recente da inflação no Brasil, o Banco Central elevou ontem a Selic (a taxa básica de juros), de 2,75% para 3,50% ao ano. Esse foi o segundo aumento consecutivo de 0,75 ponto percentual, em um movimento iniciado em março deste ano. Ao anunciar a decisão, o BC também sinalizou a intenção de promover novo aumento no próximo mês, para 4,25% ao ano.

A alta de juros ocorre apesar das dificuldades do Brasil para reativar a atividade econômica. Por trás da decisão do BC está o receio de que a inflação brasileira possa acelerar, em especial no próximo ano – que passou a ser a principal referência da instituição em sua decisão sobre os juros.

As projeções da autoridade monetária, atualizadas ontem, indicam que o IPCA – o índice oficial de inflação – encerrará 2021 com alta de 5,1%. Esse percentual já está bem acima da meta de inflação perseguida pelo BC para este ano, de 3,75%, embora exista uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (inflação entre 2,25% e 5,25%). Já a expectativa do BC para o IPCA em 2022 é de 3,4% – valor muito próximo da meta para o ano que vem, de 3,50%. Para evitar que o índice de preços se “descole” da meta em 2022, o BC decidiu elevar os juros.

Commodities. Ao justificar a decisão, o BC lembrou em comunicado que, “com exceção do petróleo, os preços internacionais das commodities (matérias-primas) continuaram em elevação, com impacto sobre as projeções de preços de alimentos e bens industriais”.

“Além disso, a transição para patamares mais elevados de bandeira tarifária deve manter a inflação pressionada no curto prazo”, acrescentou o BC, em referência ao mecanismo que eleva o valor da conta de energia elétrica para famílias e



Copom mantém agressividade, diz economista

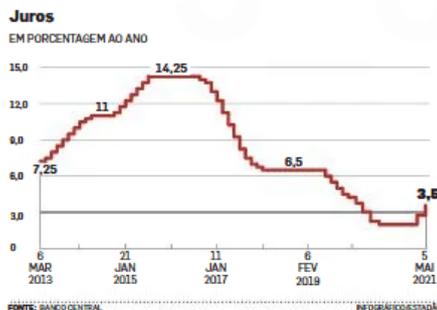
Ao “contratar” mais um aumento de 0,75 ponto percentual em sua próxima reunião, marcada para os dias 15 e 16 de junho, o Comitê de Política Monetária (Copom) indica que vai seguir agressivo nos movimentos da Selic, mais do que dobrando, em pouco tempo, a taxa que entrou o ano em 2%.

A avaliação é do economista-chefe da Genial Investimentos, José Márcio Camargo, que, por outro lado, observa que o comunicado do Copom também foi pontuado por inesperadas mensagens “dovish” – ou seja, que sugerem alguma suavização no

Austeridade do Copom. Analistas afirmaram que o BC, liderado por Roberto Campos Neto, foi austero com a inflação

TENDÊNCIA DE ALTA

● Pela segunda reunião consecutiva, Copom aumenta a taxa Selic



FONTE: BANCO CENTRAL

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

empresas.

O BC também alertou para o chamado “risco fiscal”, ligado às dificuldades do governo em equilibrar receitas e despesas,

em especial em meio ao combate aos efeitos da covid-19. Para a instituição, “novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pro-

rem a trajetória fiscal do País”, assim como frustrações em relação às reformas econômicas, podem gerar mais inflação no futuro.

Nova alta. O resultado foi que, além de elevar a Selic a 3,50% ao ano, o BC sinalizou novo aumento de 0,75 ponto percentual no próximo mês, para 4,25% ao ano. A alta de juros ocorre a despeito de a autarquia reconhecer o impacto da segunda onda da covid-19 sobre o Brasil.

“Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores recentes mostram uma evolução mais positiva do que o esperado, apesar da intensidade da segunda onda da pandemia estar maior do que o antecipado”, registrou o BC ontem. “A incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia ainda permanece acima da usual.”

Para o economista-chefe de Ativa Investimentos, Éttore San-

chez, a comunicação do BC reforça a perspectiva de pelo menos mais dois aumentos seguidos de 0,75 ponto percentual da Selic, com a taxa atingindo o patamar de 5,00% ao ano.

“Em linhas gerais, o BC mostrou-se austero com o avanço da inflação, e a perspectiva é de que isso continue assim. Mas ele manteve a sinalização de normalização ‘parcial’ do juro”, afirmou Sanchez, a respeito da sinalização do BC de que ainda manterá algum estímulo à economia, em meio à crise provocada pela pandemia. Na prática, a leitura é de que a Selic subirá, mas ainda permanecerá em níveis mais baixos que no passado, em função da fraqueza da economia. / COLABOROU EDUARDO

LAGUNA

Economista alerta que alta para 3,5% não ajuda renda fixa
Pág. B1

Bancos privados lucram mais do que em 2019 e 2020

Ganho de R\$ 16,9 bi no 1º trimestre mostra 'travessia' tranquila na pandemia, mas crédito e rentabilidade ainda são preocupações

Aline Bromzati
Marcelo Mata

Um ano após o solavanco inicial da pandemia, os três maiores bancos privados do País mostraram sólidos lucros. Juntos, Santander Brasil, Itaú Unibanco e Bradesco ganharam R\$ 16,9 bilhões entre janeiro e março deste ano. A cifra representa uma volta à normalidade, após um 2020 em que as reservas para eventuais perdas com crédito combinadas superaram os resultados obtidos.

Em relação ao primeiro trimestre de 2020, quando dois desses três gigantes já enfrentaram as provisões para enfrentar a crise que então se insinuava, o resultado combinado dos "bancões" saltou 46,7%. E também ficou R\$ 300 milhões acima da soma dos lucros registrados no primeiro trimestre de 2019, quando o mercado ainda operava em ritmo normal.

Mas a saúde financeira exibida não foi suficiente para tranquilizar totalmente o mercado, que vem reagindo de forma volátil em relação às três instituições financeiras. O Santander, por exemplo, conseguiu agradar com um resultado recorde para o período e com desempenho bem distribuído entre as diferentes linhas de negócio. As ações do banco chegaram a subir mais de 10% no dia do balanço (a instituição divulga os resultados pela manhã).

Apesar do crescimento dos resultados, o mercado viu ainda feridas abertas no balanço do Itaú Unibanco e, na terça-feira, derrubou as ações do maior banco da América Latina em mais de 4%. As ações do Santander e do Bradesco foram arrastadas e recuaram 2,08% e 2,53%, respectivamente.

Anunciado após o fim do pregão na terça-feira, o lucro do Bradesco foi o único dos três a não superar as estimativas de analistas apontadas pelo *Prévis Broadcast*. As ações do banco chegaram a cair 2% no pregão de ontem, mas se recuperaram ao longo do dia, fechando em baixa de 0,25%.

Reomada. Na visão do presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, os balanços dos bancos mostram um horizonte de negócios começando a se desanuviar, após a tormenta provocada pela pandemia de covid-19.

"Estamos trocando as dúvidas sombrias por uma narrativa virulosa", afirmou o executivo no comunicado de divulgação do balanço do Bradesco. "Em termos objetivos, os bancos estão preparados para enfrentar o cenário desafiador da pande-

mia."

A rentabilidade dos três voltou a um patamar considerado saudável por analistas. O Itaú ficou na ponta mais baixa do indicador, com um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) de 18,5%, enquanto Bradesco e Santander marcaram 18,7% e 20,9%, respectivamente.

A XP apontou, em relatório, que a situação ainda não está totalmente equacionada. "O Itaú

divulgou diversos itens não sustentáveis, que ajudaram no resultado, enquanto áreas relevantes como rendas de tarifas, margem financeira com clientes e custos apresentaram desempenho abaixo do esperado", apontou o documento.

Um contraste fica visível na comparação entre Santander e Itaú, principalmente: o comportamento da margem financeira das operações com clientes, que reflete o resultado das operações de crédito novarejo bancário. Enquanto o primeiro teve avanço de mais de 6% nessa rubrica, o segundo verificou um recuo superior a 5% nessa parte do balanço, entre janeiro e março deste ano.

Nas conferências com jornalistas e com analistas financeiros, o presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy, ponderou que, face à crise, o mix da



Foco. Para Lazari, lucro de bancos mostra que setor está no caminho para superar a crise

carteira de clientes se alterou, com mais operações de atacado, de spread mais baixo, e menos com clientes de varejo.

Nessa última categoria houve ainda migração para empréstimos com carência, prazos mais longos e taxas contidas. Mas ele disse também que já notava em abril a retomada de linhas que garantem mais ganhos para o banco, o que poderia levar a melhores resultados mais adiante.

Em seu balanço, o Bradesco passou a mensagem de que as

operações podem ficar mais rentáveis. A margem financeira da instituição ficou praticamente estável em relação à verificada nos últimos três meses.

Cauteia. Para Lazari, há clima para o Bradesco "sair da defensiva" e buscar novos negócios que ampliem seu volume operacional. Essa noção, no entanto, continua baseada em uma cobertura de provisão para créditos de liquidação duvidosa, conhecidas pela sigla PDD, equivalente a 350% do saldo de em-

préstimos em atraso superior a 90 dias do banco.

Existe também a expectativa de que essa inadimplência ainda volte a ter repiques. No Itaú Unibanco, que há um ano deu o tom do conservadorismo que seria adotado na pandemia, as provisões excessivas não serão revertidas, segundo Maluhy. As reservas não precisaram ser usadas nesse primeiro trimestre, com taxas de inadimplência ainda comportadas, mas seguirão à disposição em caso de uma piora de cenário.

● Em alta 46,7%
foi o salto do lucro dos bancos privados brasileiros no 1º trimestre do ano, em relação ao mesmo período de 2020; montante também foi um pouco maior do que o de 2019

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS

SABADO, 09.05, AS 9H15, ESTAS E OUTRAS GRANDES OPORTUNIDADES: IMPERDÍVEIS

SONENTE ONLINE
www.sodresantoro.com.br

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO E ACESSSE AGORA.

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Klabin eleva investimento em R\$ 2,6 bi

A gigante de papel e celulose Klabin comunicou ontem que seu conselho de administração aprovou um novo aporte para a segunda etapa do Projeto Puma II. Com isso, a fábrica incluirá a instalação de uma máquina de papel cartão. A alteração demandará um investimento adicional de R\$ 2,6 bilhões.

De acordo com a empresa, o projeto prevê a expansão da capacidade no segmento de papéis para embalagem, por meio da construção de duas máquinas de papel com produção de celulose integrada, na unidade industrial Puma, no município de Ortigueira (PR).

O investimento bruto total do Projeto Puma II, atualizado pela variação cambial e inflação, vai totalizar R\$ 12,9 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão em impostos recuperáveis. Desse montante, R\$ 5,8 bilhões foram desembolsados até março deste ano, enquanto o restante será aplicado até 2023.

De acordo com a Klabin, a mudança da segunda etapa para viabilizar a produção de papel cartão levou em consideração, entre outros aspectos, o crescimento esperado para o mercado de embalagens, impulsionado pelo potencial de substituição de plástico.

A companhia diz que os investimentos serão realizados com caixa próprio. "Não há necessidade de contratação de financiamentos adicionais para o projeto", afirma. **LUIZA LAVAL**

São Paulo – 06/05/2021

Meio ambiente. Discussão pelo Congresso de dois projetos de Lei sobre regularização fundiária motivou carta aberta assinada por redes como Aldi e Sainsbury's; para representante de coalizão de empresas e entidades que acompanha o tema, movimento foi 'precipitado'

Varejistas europeus ameaçam boicote a produtos do Brasil por risco à Amazônia

André Borges / BRASILIA

Uma nova ameaça de boicote a produtos agropecuários do Brasil foi feita por redes de grandes supermercados e produtores de alimentos europeus. Em uma carta enviada ontem, as empresas informaram que podem boicotar produtos do Brasil por causa de um projeto de lei de regularização fundiária que, segundo eles, resultaria em maior desmatamento da floresta amazônica. O movimento foi visto como "precipitação" por empresários brasileiros que acompanham dois projetos de lei que tramitam no Congresso sobre o tema.

O texto que relata "ameaças potencialmente ainda maiores para a Amazônia do que antes" é assinado por 38 companhias, entre as quais estão grandes redes britânicas como Tesco, Sainsbury's e Marks & Spencer. Há ainda a chancela da gigante alemã Aldi, além de empresas de produção de alimentos como National Pig Association e do fundo de pensão sueco AP7.

Na carta, as empresas dizem que a apresentação do projeto de lei 510/21 – que trata da regularização fundiária, mas passou

a ser chamado pela ala ambiental como o "PL da Grilagem" – é "extremamente preocupante" após a retirada, no ano passado, de uma medida provisória sobre o tema que foi apoiada pelo presidente Jair Bolsonaro, mas acabou caducando por não ser votada pela Câmara.

No último dia 28, após forte reação negativa de empresários de todos os setores e ambientalistas, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), retirou o PL 510 da pauta e admitiu que o assunto precisa ser discutido com profundidade antes de entrar em votação. Ele não deu prazo para retomar a medida. Além deste projeto, há ainda outro que avança paralelamente, e que pode ir à votação, o PL 2633/20, do deputado Ze Silva (SD-MG).

Precipitação. A mobilização dos europeus não foi bem recebida pela Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, movimento formado por mais de 280 representantes de setores como agricultura, finanças, indústria e meio ambiente. Apesar de a coalizão ser contra o PL 510, o empresário Marcello Brito, que representa o grupo, disse que as empresas europeias



Posição. Marks & Spencer está entre redes que apolam eventual boicote a produtos do País

não têm ideia do que está ocorrendo efetivamente no País e que erraram na estratégia.

"É uma precipitação total. Essas empresas não acompanham o processo, nem sabem qual será a lei efetiva que irá à votação. Entendo que essas ações (ameaça de boicote) fazem parte do jogo, infelizmente. Mas eu não

gosto desse tipo de coisa", comentou Marcello Brito. "Temos que reagir dentro da lei, o tema está em debate."

A coalizão reúne nomes nacionais e estrangeiros como Banco Alfa, Basf, Bayer, Bradesco, BRP, Brookfield, BTG Pactual, Cargill, Danone, Gerdaul, Itaú Unibanco, JBS, Klabin,

Marfrig, Natura, Nestlé, Suzano, UBS, Unilever, WWF Brasil e Youth Climate Leaders.

A discussão sobre a proposta de regularização fundiária divide o próprio agronegócio. Enquanto grandes nomes do setor, membros da coalizão, criticaram o texto original, de autoria do senador Irajá (PSD-TO),

a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), que retine a maior bancada do Congresso, saiu em sua defesa. A FPA também apoia o PL 2633/20, que trata do mesmo assunto. Não se descarta, portanto, qualquer desdobramento sobre o assunto nos próximos dias e até mesmo a integração dos textos.

Por meio de nota, Irajá afirmou que está propondo uma "legislação moderna, segura, eficaz e que garanta aos órgãos de fiscalização e de controle o cumprimento das leis ambientais, trabalhistas e a função social da terra".

Visão do ministério. Por meio de nota, o Ministério da Agricultura (Mapa) declarou que o "Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), vinculado do Mapa, como executor da política fundiária brasileira, apenas acompanha a tramitação do projeto" debatido no Congresso. "Importante destacar que, apesar de não ter qualquer envolvimento com o texto que vem sendo elaborado pelo Senado, o Instituto assegurou que o PL 510/2021 traz em seus artigos alguns avanços ambientais importantes", afirmou o Mapa.

GRÁFICOS



Principais Fontes

FONTES	NOTÍCIAS
HTTP://WWW.PODERESAUDE.COM.BR/	1
HTTPS://BLOG.FLAVIOMARINHO.COM.BR/	1
HTTPS://WWW.JORNALDEBELTRAO.COM.BR/	1
HTTPS://WWW.MERCADOEVENTOS.COM.BR/	1

